

ESTADO DE SÃO PAULO

21 MAI 1988

Mandato maior para Sarney ameaça adiar P2 eleições municipais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As eleições municipais de 15 de novembro poderão ser adiadas para 1989 em consequência da definição do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, que poderá ocorrer nesta quinta-feira ou nos primeiros dias de junho. A previsão foi feita ontem por ministros de Estado dos mais ligados a Sarney. Eles adiantaram, porém, que o governo "não está participando e muito menos apoiando o adiamento do pleito municipal".

Segundo os ministros, com a definição sobre o mandato de Sarney, diminuiria muito o interesse pelas eleições municipais isoladas em 1988 e o pleito municipal poderia ser realizado em setembro ou novembro do ano que vem, simultaneamente com a sucessão presidencial.

Dirigentes do PMDB, do PFL e do PDS estão sendo apontados como responsáveis por manobras de adiamento da eleição para prefeito e vereador. Os deputados Pimenta da Veiga e Euclides Scalco, do grupo de coordenadores do novo partido de centro-esquerda — o provável Partido Democrático Popular (PDP) —, disseram que dirigentes

do PFL estão dificultando, no Senado, a tramitação do projeto que regulamenta as eleições municipais, já aprovadas na Câmara. O presidente do PFL, Março Maciel (PE), participará de reunião de líderes partidários no Senado, terça-feira, com o relator do projeto, senador José Fogaça (PMDB-RS), para tentar mudar a proposta, principalmente nos dispositivos que facilitam a criação de novo partido com apenas a participação de parlamentares representando pelo menos cinco Estados. Além disso, querem derubar o item que prevê eleições em dois turnos em municípios com mais de 200 mil habitantes.

O senador Gérson Camata (PMDB-ES), indignado com o item do projeto que proíbe os candidatos radialistas e animadores de televisão de continuarem exercendo sua profissão nos 45 dias anteriores às eleições, apresentou emenda extinguindo o dispositivo que considerou "uma discriminação" profissional. Segundo o senador, esse item visa apenas atingir o apresentador de televisão Sílvio Santos, provável candidato do PFL à Prefeitura de São Paulo e na prática será "catastrófico" para os demais profissionais do ramo sem outra fonte de renda.